



A large blue-toned photograph of a hydroelectric dam construction site. In the foreground, a wooden pier extends into a body of water where three people (two adults and one child) are standing. The background shows the massive concrete structures of the dam, with several cylindrical storage tanks and industrial equipment visible against a cloudy sky.

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2001



Cuidando do seu futuro

Navegando firme por mares agitados

O sistema de previdência complementar em geral, e a **FIBRA** em particular, navegaram em mares agitados durante todo o ano de 2001. Foi um período turbulento. Mesmo assim a **FIBRA** continuou avançando, consolidando as conquistas já alcançadas, enfrentando novos desafios e melhorando continuamente seus processos internos.

As turbulências

As turbulências foram, notadamente, de origem externa à **FIBRA**. Uma delas produzida por fonte pouco comum: o ambiente regulatório. Depois de anos de uma legislação relativamente estável - a Lei 6.435, que regulava o sistema de previdência complementar, datava de 1977 -, ocorreu em 2001 uma profusão de alterações no ambiente regulatório que introduziram mudanças significativas no arcabouço legal previdenciário. Apenas para enumerar as mudanças mais significativas, cabe mencionar: i) a alteração da idade mínima para concessão de aposentadoria e o estabelecimento de restrições à concessão de aposentadoria especial aos participantes de fundos fechados de previdência, decorrente do Decreto 3.721, posteriormente suspenso por liminar coletiva; ii) a alteração na regulamentação de investimentos, com introdução de novas exigências e controles; iii) a promulgação da Lei 109 ainda não regulamentada que redefiniu as bases de funcionamento do sistema de previdência complementar, substituindo a Lei 6.435; iv) a exigência de contratação de serviços terceirizados pelas fundações (custódia, auditoria de investimentos, auditoria atuarial, auditoria de benefícios), com reflexos nos custos administrativos; v) a derrota da tese da imunidade tributária por decisão plenária do Supremo Tribunal Federal; vi) a edição da MP 2.222, que estabeleceu critérios para tributação futura dos fundos de pensão e para parcelamento dos débitos referentes aos últimos cinco anos.

O mercado financeiro também teve mais do que marolas. O agravamento da crise argentina e as evidências de recessão norte-americana deterioraram os indicadores a partir de março. Os atentados terroristas de setembro de 2001 provocaram mudança radical na agenda mundial, reduzindo os fluxos de capitais para mercados emergentes.

Apesar de relevantes, esses dois fenômenos tiveram menor influência sobre os resultados da **FIBRA**, neste exercício, do que o crescimento do Passivo Atuarial. Este vinha experimentando crescimento mais baixo em exercícios anteriores em virtude de os salários e os benefícios estarem sendo reajustados em níveis inferiores à inflação. No entanto, com a recuperação do nível dos salários e dos benefícios ocorrida neste exercício, houve maior impacto no Passivo Atuarial, trazendo-o, novamente, para seu valor real.

Mantendo o rumo

Manter o rumo nesse mar agitado exigiu muito esforço e dedicação de toda a equipe da **FIBRA** que continuamente tem-se superado para atender às demandas crescentes; ao mesmo tempo, exigiu maior empenho de integração entre os órgãos colegiados da **FIBRA** - Conselho de Curadores, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva - e a Direção da patrocinadora.

Com o apoio de todos, o rumo está sendo mantido na direção da melhoria contínua; do aperfeiçoamento dos processos; do compromisso em atender às necessidades dos participantes e da patrocinadora; do monitoramento dos indicadores e avaliação de alternativas quando necessário; da atuação transparente e profissional com base em valores claramente definidos; do estabelecimento de prioridades; do esforço para desenvolvimento integral dos recursos humanos de modo a sustentar o futuro da **FIBRA**; da conciliação da administração da rotina com o pensamento estratégico. É com essa bússola que os dirigentes estão, na situação de timoneiros, se esforçando para conduzir a Fundação a um porto seguro.

Diretoria Executiva da Fibra

ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DE SEUS PARTICIPANTES

A **FIBRA** existe para atender aos compromissos assumidos para com seus participantes, tanto aqueles que já estão usufruindo do benefício, quanto os que ainda estão por fazê-lo.

Será que ela vem cumprindo essa missão? Os números abaixo dão idéia do importante papel que a **FIBRA** desempenha na vida de seus participantes.

PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Somente em dez. 2001, 724 assistidos pela **FIBRA** receberam R\$ 2,3 milhões em complementação de benefícios. As tabelas abaixo apresentam a evolução desses números, em dezembro de cada ano:

Evolução do Número de Assistidos

	1997	1998	1999	2000	2001
Número	478	634	651	660	724
Evolução	-	32,64%	2,68%	1,38%	9,70%

Evolução da Folha Mensal de Pagamento de Benefícios, em R\$ mil

	1997	1998	1999	2000	2001
Valor	958	1.284	1.427	1.647	2.295
Evolução	-	34,03%	11,14%	15,42%	39,34%

Os pagamentos de dez. 2001 representaram um acréscimo de 39% em relação ao mesmo mês do ano anterior, em decorrência de dois fatores principais: i) reajustes concedidos de 19,53% (10,51% + 8,16%); e ii) concessão de 64 novos benefícios decorrentes, em grande parte, do plano de incentivo à aposentadoria promovido pela **ITAIPU**.

EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES

Em dezembro de 2001, aproximadamente 1.300 participantes estavam usufruindo os empréstimos concedidos pela **FIBRA**. No ano, foram liberados R\$ 7,9 milhões, tendo o valor total da carteira de empréstimos encerrado o exercício com R\$ 12,6 milhões, cerca de 25% superior ao do exercício anterior. Esse resultado reflete a ampliação dos limites de valor e prazo de empréstimos realizada no

final de 2000, atendendo ao anseio dos participantes.

A **FIBRA** também desenvolveu sistema para que a simulação, concessão e consulta de empréstimos passem a ser feitas pela intranet, de forma mais ágil, serviço esse que será disponibilizado aos participantes ativos ainda no primeiro semestre de 2002. Serviço similar está sendo estudado para os participantes assistidos, dependendo de soluções de segurança no ambiente da internet.

CENTRALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Objetivando simplificar e agilizar o atendimento aos participantes, bem como otimizar o fluxo decisório e os procedimentos inerentes, a **FIBRA** centralizou na Diretoria de Seguridade todas as atividades de atendimento aos participantes, ativos e assistidos, em Curitiba e em Foz do Iguaçu. Essa centralização implicou a modificação do organograma da **FIBRA**, tendo sido transferidas para a Diretoria de Seguridade a coordenação do escritório de Foz do Iguaçu e a concessão de empréstimos aos participantes.

A partir de então, a Diretoria de Seguridade passou a atender o participante em todos os processos que o envolvem: inscrição, cadastramento, concessão de benefício, pagamento de benefício, empréstimo e PAMHO, este último o plano de saúde operado pela **FIBRA** para os assistidos, mediante convênio com a **ITAIPU**.

Em Foz do Iguaçu, esse atendimento é feito no escritório da **FIBRA** no Centro Executivo, enquanto em Curitiba passará a ser realizado no Edifício Governador Parigot de Souza a partir de abr. 2002. Em outras localidades, o atendimento é prestado por meio do telefone 0800-414404.

FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

A **FIBRA** mantém seus participantes permanentemente informados por meio de seu jornal periódico, o **FIBRANOTÍCIAS**, além de outros meios, como a página na internet e o Jornal Eletrônico da **ITAIPU**. Neste ano, outro meio de divulgação de informações passou a ser utilizado: o demonstrativo de pagamento de benefícios. Com a revisão do layout, foi incluído espaço que será dedicado a uma comunicação mais personalizada com o participante assistido.

A transparência das informações é um dos valores fundamentais adotados pela administração da **FIBRA**.

PESQUISA DE OPINIÃO

A segunda pesquisa de opinião realizada perante novo grupo de participantes ativos e assistidos confirmou o alto nível de satisfação e confiança destes no Plano de Benefícios e nos serviços executados pela **FIBRA**.

A nota média atribuída pelos participantes ativos foi 8,41 e pelos participantes assistidos foi 9,12. No item transparência de informações, 90% dos ativos e 97% dos assistidos declararam estar satisfeitos com as informações recebidas. Merece destaque que 99% dos assistidos declararam ter sido bem atendidos quando solicitaram sua aposentadoria ou pensão.

Esses resultados mostram que a **FIBRA**, além de ter oportunidade de melhorar em alguns aspectos, tem a grande responsabilidade de continuar fazendo jus à boa avaliação que seus participantes lhe têm proporcionado.

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Atender bem o participante significa prestar-lhe informações precisas e atualizadas. Para isso, a **FIBRA** necessita dispor de um cadastro permanentemente atualizado de participantes e dependentes. Um dos dados mais importantes é o que se refere ao tempo de serviço passado, pois, além de servir para elaborar corretamente as planilhas que apresentam as simulações de aposentadoria a que o participante teria direito, ele é fundamental para que o atuário possa calcular corretamente as reservas necessárias para garantir-lhe seu direito.

Nesse sentido, a **FIBRA** despendeu grande esforço durante o ano, seguindo orientação do Conselho de Curadores, de forma que o número de participantes com pendências cadastrais diminuisse em quase 50%, de 1.075 em dez. 2000 para 542 em dez. 2001.

ATUAÇÃO ASSOCIATIVA

A **FIBRA** é fortemente influenciada pelo ambiente externo. Por isso, ela procura, quando possível, interagir de forma a também influenciá-lo, cliente de que, além de estar contribuindo para o sistema de previdência em geral, está também atuando em defesa do interesse de seus participantes.

Nesse sentido, a reeleição da **FIBRA** para o Conselho Deliberativo da ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - foi uma grata satisfação, pois a expressiva votação obtida demonstra o respeito conquistado

pela Fundação entre seus pares ao longo dos anos.

O gerente do Departamento Financeiro e contador da **FIBRA** também foi reeleito para a Diretoria da ANCEPP (Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades Fechadas de Previdência Privada), além de ter participação ativa no Grupo Técnico de Contabilidade da SPC (Secretaria de Previdência Complementar).

A **FIBRA** também está representada na Comissão Técnica Nacional de Comunicação, da ABRAPP, que está discutindo as estratégias de comunicação do sistema de previdência com a sociedade em geral, de forma a eliminar alguns preconceitos que se formaram por parte da opinião pública e que interferem no processo regulatório.

Na PREVIPAR (Associação dos Fundos de Pensão do Paraná), a **FIBRA** também participa em Câmaras Técnicas de Investimentos, Contabilidade e Controle, Benefícios e Atuária, Intercâmbio que contribui para o aprimoramento dos processos.

DESENVOLVIMENTO DE EQUIPE

Atuando em uma área altamente especializada, com um leque amplo de atividades de grande responsabilidade e equipe reduzida, a **FIBRA** demanda profissionais e técnicos capacitados, atualizados e motivados para a realização de seus trabalhos.

Assim, a **FIBRA** desenvolveu, ao longo de 2001, uma proposta de novo Plano de Cargos e Salários específico para seus empregados, visto que as carreiras e o mercado da Fundação em muito diferem dos da ITAIPU.

Também foi iniciado um programa de renovação do quadro de pessoal, visto que percentual expressivo dos profissionais experientes da **FIBRA** se aposentarão nos próximos anos. Com essa renovação, com a substituição de estagiários e com o programa de trainees, foram contratados seis novos profissionais em 2001, mantendo-se praticamente inalterado o efetivo total e respeitando-se o limite de quadro estabelecido pelo Conselho de Curadores.

O treinamento também foi enfatizado, não somente mediante cursos formais, como também mediante visitas técnicas e troca de experiências com outras empresas, visando incorporar à **FIBRA** as melhores práticas do mercado.

CONSOLIDAÇÃO DE CONQUISTAS

O nível de qualidade conquistado pela **FIBRA** não foi somente mantido, mas ampliado. A certificação ISO 9002, antes restrita à área

de Investimentos, em julho de 2001 teve seu escopo ampliado para outras áreas. Agora, os processos de Assistência ao Beneficiário, Cadastro e Atuária, Controladoria e Tesouraria também estão dentro dos rigorosos padrões da ISO, auditados pela empresa certificadora BVQI do Brasil.

Em dezembro de 2001, na auditoria de manutenção da certificação ISO para os processos já certificados, a **FIBRA** obteve ótima avaliação, reafirmando o compromisso assumido, tanto pela Diretoria Executiva como pela equipe de colaboradores, de preservar a qualidade, a confiabilidade e a transparência em suas práticas administrativas e em seus serviços.

ENFRENTAMENTO DE NOVOS DESAFIOS

A **FIBRA**, além de dar andamento a atividades de rotina, vem empreendendo um ambicioso processo de melhoria de longo prazo, com vistas a preparar-se adequadamente para o futuro.

PASSIVO

Na área de Segurança, foram desenvolvidos esforços para introduzir melhorias que vão ao encontro da demanda dos participantes, do interesse da patrocinadora, da segurança do Plano de Benefícios e da legislação previdenciária.

Quanto à segurança do Plano de Benefícios ponto ao qual esta administração tem dedicado especial atenção, foram implantados novos aplicativos de software que permitirão à **FIBRA** acompanhar com mais precisão o crescimento do passivo atuarial, de forma a evitar surpresas indesejáveis. Também foi adotada, somente para novos participantes, norma diferenciada de jóia, de forma a evitar o desequilíbrio futuro da **FIBRA** pela insuficiência de cobertura que o cálculo anterior, se permanecesse inalterado, representaria.

Para atender à nova legislação previdenciária, foram propostas modificações no Regulamento decorrentes do Decreto 3.721, pendentes de aprovação pela SPC. Também foram desenvolvidas diversas sugestões de melhoria no Regulamento do Plano de Benefícios, que estão em análise para futura implementação, algumas das quais dependem da regulamentação da Lei 109.

Para responder à demanda de participantes e ao interesse da patrocinadora, a **FIBRA** iniciou os estudos com vistas à implantação de um novo plano de benefícios do tipo "contribuição definida" tendo sido constituído um grupo de trabalho para esse fim, com representantes da **ITAIPU**, de seus empregados e da **FIBRA**.

ATIVO

A elaboração e aprovação da nova Política de Investimentos, decorrente das exigências da legislação, representa a introdução de uma série de controles e mecanismos que ainda não eram utilizados pela **FIBRA**.

Entre esses mecanismos, destacam-se:

- I) adoção de uma gestão ativa de investimentos, com o estabelecimento de objetivos de alocação nos diferentes mercados;
- II) implantação de técnicas de mensuração de risco mais sofisticadas;
- III) terceirização da custódia; e
- IV) introdução da auditoria externa na gestão dos investimentos.

A **FIBRA** também deu início à análise de investimentos diretos na área produtiva, buscando obter melhor rentabilidade e ficar menos vulnerável às oscilações de mercado.

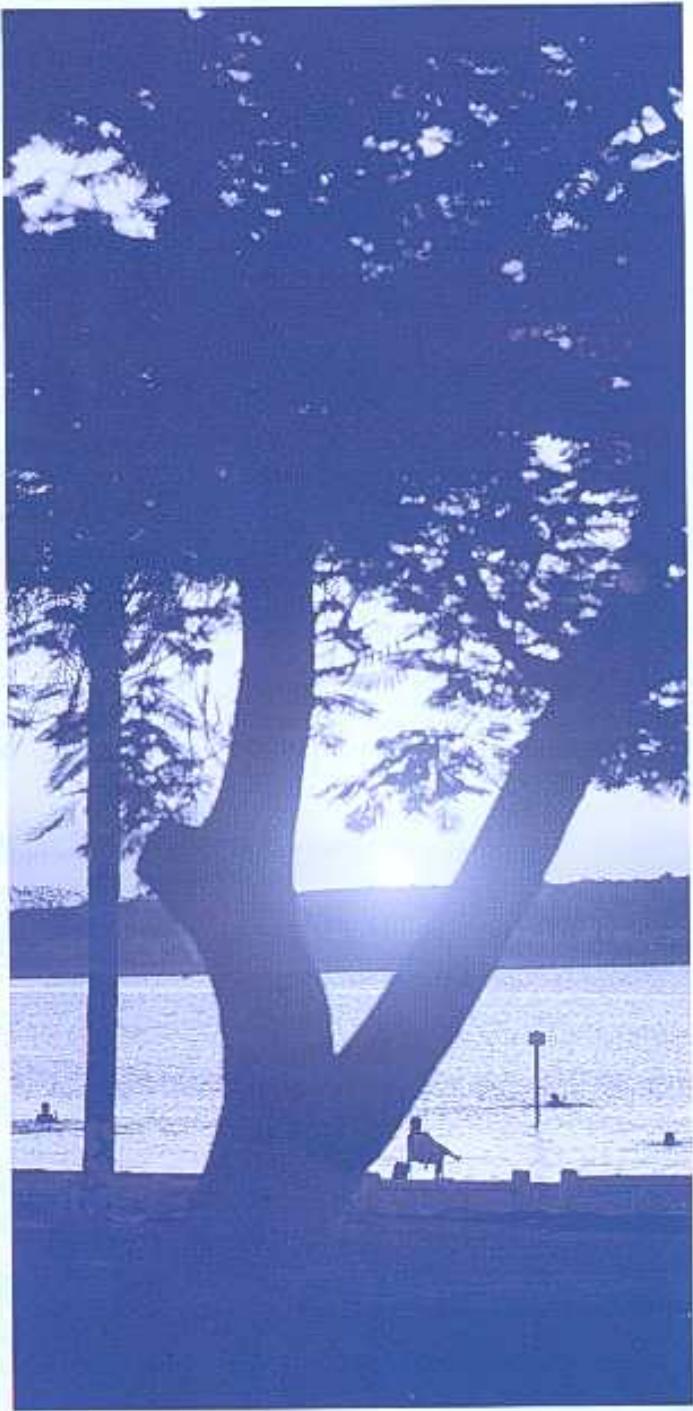
GESTÃO

Na área de gestão, os projetos estiveram concentrados na melhoria da política de recursos humanos, no aprimoramento do desempenho operacional por meio do sistema da qualidade e do planejamento estratégico e na diminuição de determinados itens de despesas administrativas.

Nesse contexto, a decisão de mudar a sede da **FIBRA**, em Curitiba, para o Edifício Governador Parigot de Souza proporcionará ganhos operacionais e financeiros, além de maior integração com os participantes e com a **ITAIPU**.

Por outro lado, o atendimento às diversas exigências legais demandou a contratação de serviços e a realização de investimentos adicionais.

Também foram feitos investimentos em informática, com a aquisição de software e hardware para dar suporte à maior complexidade das atividades e processos que passaram a ser necessários para a administração da **FIBRA**.



EXERCÍCIO DE 2001

O resultado anual da **FIBRA** é consequência da variação conjunta de dois grandes números, o **Passivo** e o **Ativo**, que serão mostrados a seguir:

Passivo Atuarial (denominado Reserva Matemática): representa o valor atual dos compromissos atuais (benefícios já concedidos) e futuros (benefícios a conceder), já descontada a expectativa de recebimento de contribuições futuras.

Ativo Líquido (denominado Reserva Técnica): representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões diversas, em especial para ffnistruturários.

EVOLUÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS (Passivo atuarial)

O Passivo Atuarial, calculado de forma probabilística, é influenciado principalmente por variáveis biométricas (expectativa de vida, invalidez, idade média, etc.) e econômicas (salário médio, crescimento salarial, expectativa de juros no longo prazo, etc.).

O quadro abaixo apresenta o passivo atuarial nos últimos 5 anos, acompanhado do crescimento nominal e percentual em cada ano.

PASSIVO ATUARIAL, (R\$ mil)	1997	1998	1999	2000	2001
	227.943	257.573	298.281	373.739	468.022
ACRESCIMO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR					
R\$ MIL	36.069	29.630	40.707	75.458	94.283
%	18,80%	13,00%	15,80%	25,30%	25,23%

Esse quadro mostra claramente que, nos anos de 1997, 1998 e 1999, o crescimento salarial dos participantes foi mais baixo, o passivo atuarial também teve menor crescimento. Já nos anos de 2000 e 2001, o passivo atuarial cresceu a taxas significativamente superiores, por diversos motivos, entre os quais destacamos:

- Em 2000, o acréscimo foi influenciado, entre outros fatores, pela mudança da tábua de mortalidade, o que foi necessário para obter um cálculo mais adequado às expectativas atuais de longevidade.
- Em 2001, o acréscimo foi de R\$ 94,3 milhões, 25,23% em relação ao ano anterior. A recuperação salarial empreendida pela

patrocinadora foi o fator principal do aumento do passivo acima do esperado, já calculado levando-se em conta o direito proporcional dos participantes não fundadores que optaram pelo não-pagamento de jóia.

Estudos vêm sendo desenvolvidos em várias frentes para o aprimoramento da precisão do cálculo do passivo, pelo atuário externo e pela **FIBRA**, compreendendo: o monitoramento de variáveis que possam causar algum desequilíbrio futuro, a reavaliação da consistência das hipóteses atuariais, a atualização da base de dados, a revisão dos cálculos efetuados e a introdução de programas computacionais mais detalhados e precisos.

O aprimoramento do cálculo não pressupõe resultado em uma única direção, seja de crescimento seja de diminuição do passivo. Ele pressupõe simplesmente maior precisão, pela introdução de técnicas e ferramentas mais adequadas à realidade atual, sempre com um objetivo único: dar maior confiabilidade ao cálculo do passivo e maior segurança ao Plano de Benefícios.

Evolução das Reservas

(ativo líquido)

O Ativo Líquido da **FIBRA** - parcela líquida do patrimônio reservada para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder - teve acréscimo de R\$ 55,5 milhões no exercício, com aumento de 13,54% sobre o exercício anterior.

Neste ano, a taxa de crescimento do Ativo Líquido foi muito próxima à da rentabilidade calculada pelo atuário, de 13,44%, porque as receitas e as despesas previdenciais se equivaleram, não gerando saldo significativo para incrementar o ativo.

A rentabilidade alcançada pela **FIBRA** em 2001 foi:

- Superior à TR+6% (8,59%), que era a meta atuarial vigente até janeiro/2001;
- Inferior ao INPC+6% (15,79%), meta atuarial adotada a partir de então, porque a meta atuarial anterior não refletia mais a evolução do passivo.

Mais detalhes sobre a rentabilidade da **FIBRA** serão abordados na sequência deste relatório.

RESULTADO DE 2001

Os números do Passivo Atuarial e do Ativo Líquido, que compõem o resultado da **FIBRA**, indicam que:

- I) o Passivo Atuarial teve acréscimo de R\$ 94,3 milhões;

- II) o Ativo Líquido teve acréscimo de R\$ 55,5 milhões.

A diferença entre a variação do Passivo Atuarial e do Ativo Líquido - influenciada principalmente pelo acréscimo substancial no Passivo Atuarial - demonstra a origem do Déficit Técnico de R\$ 38,8 milhões no exercício de 2001.

Esse valor, deduzido do Superavit Técnico Acumulado até dez. 2000, de R\$ 36,6 milhões, resulta no Déficit Técnico Acumulado de R\$ 2,2 milhões ao final de 2001, conforme quadro a seguir:

Reservas	2000 R\$ Mil	2001 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação
Reserva Matemática (Passivo Atuarial)	373.739	468.022	94.283	25,23%
Reserva de Benefícios Concedidos	197.611	275.362	77.751	39,35%
Reserva de Benefícios a Conceder	206.031	226.814	20.783	10,09%
Reserva a Amortizar	(29.903)	(34.154)	(4.251)	14,22%
Reserva Técnica (Ativo Líquido)	410.298	465.834	55.536	13,54%
Resultado Acumulado	36.559	(2.188)	(38.747)	-105,99%

RECEITAS DESTINADAS AO PROGRAMA PREVIDENCIAL

As receitas de contribuições da patrocinadora e dos participantes, de R\$ 23,9 milhões, tiveram acréscimo de 16,27% em relação ao exercício anterior, conforme quadro abaixo. Esse acréscimo foi produto do aumento da remuneração dos participantes (acordo coletivo, mérito, recuperação salarial, etc.), descontando-se a cessação de contribuições da patrocinadora referente aos participantes que se aposentaram.

	Origem da Contribuição	2000 R\$ Mil	2001 R\$ Mil	Variação
PATROCINADORA	Normal	10.511	12.045	14,59%
	Suplementar	1.626	1.863	14,59%
	Subtotal	12.137	13.908	14,59%
PARTICIPANTES	Ativo	5.472	6.415	17,23%
	Autopatrocínador	317	282	-11,04%
	Aposentado	1.723	2.127	23,45%
	Jóia, Taxa de Inscrição e outras	939	1.205	28,33%
	Subtotal	8.451	10.029	18,67%
TOTAL		20.588	23.937	16,27%

DESPESAS PREVIDENCIAIS COM O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

A **FIBRA** pagou R\$ 23,6 milhões em benefícios em 2001, com acréscimo de 20,55% em relação ao ano anterior. O acréscimo de 64 novos benefícios - acumulando-se 724 ao final do ano - e os reajustes de 8,16% e de 10,51% nos valores pagos em 2001 são as principais causas desse aumento.

Tipo de Benefício	2000 R\$ Mil	2001 R\$ Mil	Variação
MENSAL CONTINUADO	Aposentadoria	17.233	21.334 23,80%
	Pensão	1.686	2.077 23,19%
	Auxílio-Reclusão	8	9 12,50%
	Subtotal	18.927	23.420 23,74%
PAGAMENTO ÚNICO	Restituição de contribuição	657	189 -71,23%
	Auxílio-Funeral	2	2 0
	Subtotal	659	191 -71,02%
TOTAL	19.586	23.611	20,55%

SALDO ENTRE RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

O saldo entre Receitas e Despesas do Programa Previdencial, pelo regime de competência, foi o seguinte:

Descrição	2000 R\$ Mil	2001 R\$ Mil	Variação
Receitas do Programa Previdencial	20.588	23.937	+16,27%
(-) Despesas com Pagamento de Benefícios Continuados	(18.927)	(23.420)	+23,74%
(=) Subtotal (receitas menos despesas continuadas)	1.661	517 -68,87%	
(-) Despesas com benefício único	(659)	(191) -71,02%	
(=) Saldo do exercício	1.002	326 -67,47%	

É importante destacar que o saldo entre receitas e despesas indica estar a **FIBRA** alcançando sua maturidade econômico-financeira, não havendo risco para o Plano de Benefícios, uma vez que a **FIBRA** adota o regime de capitalização, podendo operar até mesmo sem receita previdencial, desde que o Ativo Líquido seja

suficiente para honrar os compromissos atuais e futuros. O parecer do atuário externo demonstra que - apesar do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 2,2 milhões, correspondente a 0,47% do Ativo Líquido de R\$ 465,8 milhões - o Plano de Benefícios da **FIBRA** permanece em equilíbrio, não demandando contribuição extraordinária da patrocinadora ou acréscimo na contribuição dos participantes.

INVESTIMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO

MERCADO FINANCEIRO EM 2001

O ano de 2001 começou com excelentes expectativas. As estimativas do mercado eram todas otimistas e previa-se um novo ciclo de desenvolvimento. As projeções citavam um crescimento econômico de 5%, inflação de 4%, juros de 13% no final do ano e câmbio estável, entre R\$ 2,00 e R\$ 2,10.

Contudo, a partir de março, ocorreu a vertiginosa deterioração de expectativas da economia argentina, o que prejudicou a economia brasileira.

Também em março, a desaceleração da economia norte-americana ameaçou tornar-se uma recessão, provocando aumento na volatilidade da economia mundial, fenômeno que chegou ao clímax em setembro, com os atentados terroristas contra Nova York e Washington.

No Brasil, essas turbulências foram agravadas por várias crises políticas internas, que culminaram com a renúncia de influentes senadores. Em setembro, a cotação do dólar chegou a R\$ 2,80, recuando no fechamento do ano para R\$ 2,32. A taxa básica de juros cresceu de 15,25% a.a. em março para 19% a.a. em julho, mantendo-se nesse patamar até o final do ano, o que contrariou as expectativas iniciais. A inflação acumulada encerrou o ano em 9,44%, superando também as projeções.

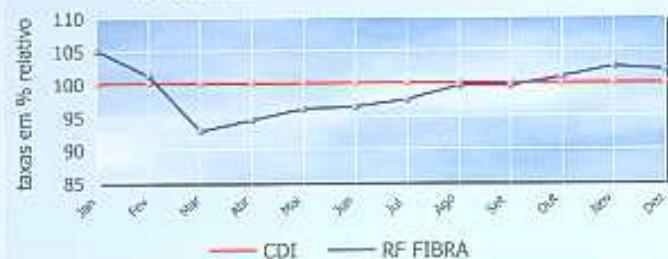
COMPORTAMENTO DA RENDA FIXA

A mudança do rumo da economia, ocorrida em março de 2001, prejudicou os rendimentos de renda fixa obtidos pela **FIBRA** no primeiro trimestre, já que ela trabalhava com um cenário de queda de juros que não se confirmou.

A **FIBRA**, então, alterou a estratégia definida para alocações na carteira de renda fixa e, com a adoção de uma gestão mais ativa, conseguiu reverter o desempenho desfavorável do primeiro semestre de 2001, obtendo uma rentabilidade de 17,58% no ano, correspondente a 101,8% em relação ao CDI (taxa média de juros de

operações interbancárias), que é seu índice de referência (*benchmark*).

RENTABILIDADE RELATIVA DA RENDA FIXA

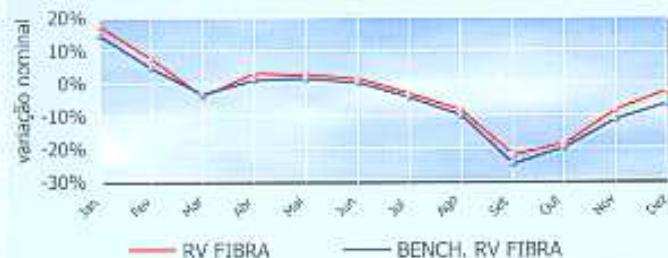


COMPORTAMENTO DA RENDA VARIÁVEL

A bolsa de valores iniciou 2001 em alta, mas apresentou grande volatilidade, influenciada pelas sucessivas crises internacionais e internas. O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (IBOVESPA) terminou o ano com variação de -11,02%.

A rentabilidade dos investimentos da **FIBRA** em renda variável foi de -1,30%. Esse desempenho foi melhor que o do IBOVESPA e do que o *benchmark* adotado pela **FIBRA** (40% do IBOVESPA e 60% do IBX) que ficou em -4,97%.

RENTABILIDADE ACUMULADA DA RENDA VARIÁVEL



ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS

Em 2001, a **FIBRA** manteve os recursos nos segmentos de mercado em que se encontravam alocados no inicio do ano - sem remanejamento entre os mercados de renda fixa e de renda variável - e direcionou o ingresso de novos recursos para a renda fixa.

Como, especialmente a partir de março, houve muita volatilidade no mercado, a **FIBRA** adotou postura conservadora na aplicação de

seus recursos, privilegiando as aplicações de renda fixa com juros pós-fixados e operando com juros pré-fixados quando o cenário sinalizava condições favoráveis.

Com o objetivo de indexar parte do ativo à variação do passivo - que é associada aos índices da inflação - e aplicar em papéis de mais longo prazo que ofereçam melhor taxa de retorno, a **FIBRA** alocou parte de sua carteira de renda fixa em debêntures ofertadas pelo mercado, classificadas como investimentos de "baixo risco de crédito" pelas empresas especializadas em classificação de risco.

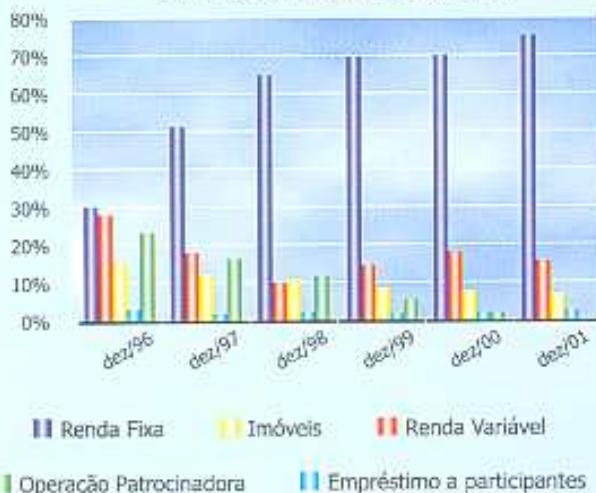
Foram também realizados estudos de oportunidades de aplicações de recursos em fundo de *Private Equity* e em empreendimento de energia elétrica, este último por meio de uma SPE (Sociedade de Propósito Específico).

A **FIBRA** vem procurando alternativas de investimentos em atividades produtivas que, garantindo-lhe rentabilidade, estejam menos sujeitas às oscilações do mercado financeiro.

A nova Política de Investimentos da **FIBRA**, elaborada em decorrência de exigência legal, levará, a partir do próximo exercício, a uma gestão ainda mais ativa, pela adoção de objetivos de alocação em cada segmento de mercado.

O gráfico abaixo demonstra a evolução da alocação dos recursos ao longo dos últimos anos.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS



COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O Ativo Bruto superou a marca de R\$ 500 milhões, e a carteira de investimentos da **FIBRA**, em dezembro de 2001, apresenta a seguinte composição:

Segmentos	2000 R\$ MIL	2000 %	2001 R\$ MIL	2001 %
Investimentos em Renda Fixa	322.763	70,18%	392.966	75,12%
Investimentos em Renda Variável	83.546	18,17%	82.394	15,75%
Empréstimos a Participantes	10.132	2,20%	12.609	2,41%
Investimentos Imobiliários	35.904	7,81%	35.133	6,72%
Operação com a Patrocinadora *	7.555	1,64%	-	-
Total dos Investimentos	459.900	100,00%	523.102	100,00%

* Operação encerrada em maio 2001.

RENTABILIDADE DA FIBRA NO EXERCÍCIO

Além dos rendimentos obtidos em renda fixa e renda variável já citados neste relatório, a **FIBRA** obteve rentabilidade de 16,10% nos empréstimos a participantes, 16,23% na operação com a patrocinadora e 9,73% nos imóveis disponíveis para locação - excluindo-se os terrenos.

A rentabilidade geral da **FIBRA**, apurada pelo atuário pelo método de Taxa Interna de Retorno com fluxo mensal, foi de 13,44%.

QUESTÕES PATRIMONIAIS

Três questões patrimoniais importantes continuam sendo analisadas, com vistas a um equacionamento adequado:

- i) **TÍTULOS ESTADUAIS:** Os títulos de emissão do Estado de Alagoas, adquiridos entre 1995 e 1996, não foram honrados pelo emissor em seus vencimentos e encontram-se integralmente provisionados na contabilidade.

O processo judicial contra o emissor para o recebimento dos títulos vencidos está sendo acompanhado por conceituado escritório de advocacia de Brasília, que já obteve, em primeira instância, decisão favorável em ação de cobrança judicial.

A alternativa à execução judicial - que seria dada pelo "Contrato de Assunção de Dívida Mobiliária", celebrado em 2000 entre a **FIBRA**, a União e o Estado de Alagoas - ainda não foi viabilizada pelo não-atendimento, até o momento, das condições exigidas no contrato.

O Estado de Alagoas, por meio de escritório de advocacia contratado, tem reunido os credores com vistas à apresentação de propostas de acordo para o pagamento dos títulos.

A **FIBRA**, com o devido acompanhamento jurídico, tem participado dessas negociações, mantendo informados o Comitê de Investimentos, os Conselhos Fiscal e de Curadores e a **ITAIPU**, visando à ampla discussão do tema antes de qualquer decisão final.

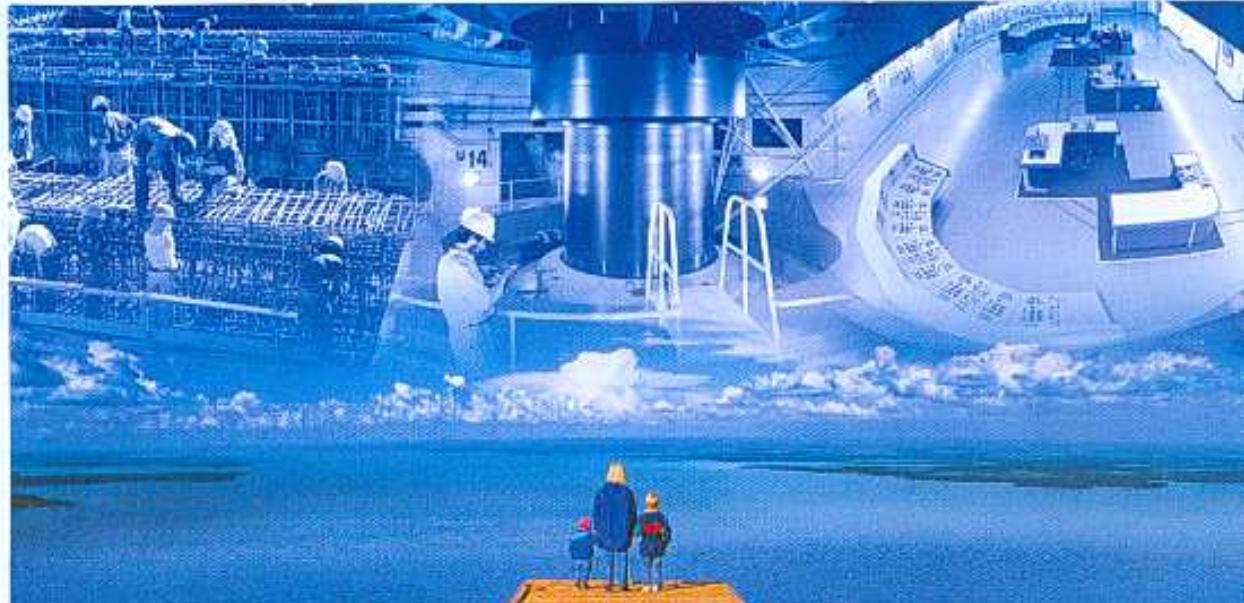
- ii) **IMÓVEIS DE FOZ:** apesar de ter sido resolvida um dos maiores óbices relacionado ao aforamento permanecem pendências legais e/ou administrativas para que a **FIBRA** possa usufruir livremente dos imóveis. O tema vem sendo tratado com a **ITAIPU** para que seja encontrada uma solução adequada.

- iii) **TRIBUTAÇÃO:** A **FIBRA** mantém provisão para pagamento de Imposto de Renda e IOF, no valor aproximado de R\$ 55 milhões.

A derrota da tese de imunidade tributária em decisão plenária do Supremo Tribunal Federal, ocorrida em novembro de 2001, e a edição da Medida Provisória n.º 2.222, de 4 de setembro de 2001, alteraram significativamente o panorama e a estratégia em relação ao tema.

O assunto vem sendo tratado no âmbito dos colegiados da **FIBRA** e da Diretoria de **ITAIPU**, que definiram como linha mestra de ação a busca de todos os instrumentos legais para a defesa do patrimônio da Fundação, de modo a evitar o pagamento de tributos com exigibilidade discutível.

Diante disso, a **FIBRA** protocolou na Delegacia da Receita Federal em Curitiba, em 28 de dezembro de 2001, o termo de opção ao Regime Especial de Tributação previsto na MP 2.222 e está avaliando, com a assistência de especialistas da área tributária, a possibilidade de interpor, no início de 2002, ação cautelar relativa ao IRRF, PIS e COFINS. O objetivo é permanecer discutindo a exigibilidade dos impostos, e ainda assim viabilizar a opção pela anistia de juros e multa oferecida pela MP 2.222, sem a desistência de ações e mediante o depósito judicial, ao invés do recolhimento dos tributos.



CAPA: Cuidando do seu futuro

A alta administração da ITAIPU, ao instituir a FIBRA, demonstrou grande sensibilidade e cuidado com o futuro de seus empregados e familiares, procurando assegurar-lhes, por meio de um plano de previdência complementar, um padrão de vida digno depois da aposentadoria.

Este cuidado com o futuro dos participantes, tanto aqueles já assistidos como os ainda ativos, é o grande balizador das ações da administração da FIBRA.

FIBRA: um futuro tranquillo para você e sua família.



FIBRA

FUNDAÇÃO ITAIPU - BR

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.2001

BALANÇO PATRIMONIAL

	BALANÇO PATRIMONIAL		R\$ MIL
	2001	2000	
ATIVO DISPONÍVEL	2	5	
REALIZÁVEL	525.975	463.298	
Programa Previdencial	2.053	3.388	
Programa Administrativo	10	10	
Programa de Investimentos	523.102	459.900	
Renda Fixa	392.956	322.763	
Renda Variável	82.394	83.546	
Investimentos Imobiliários	35.133	35.904	
Operações com Participantes	12.609	10.332	
Operações de Empréstimos a Patrocinadoras	0	7.555	
PERMANENTE	262	243	
Imobilizado	224	203	
Dívidido	28	40	
TOTAL DO ATIVO	526.239	463.546	
PASSIVO OPERACIONAL	1.222	455	
Programa Previdencial	176	198	
Programa Administrativo	336	245	
Programa de Investimentos	710	12	
CONTINGENCIAL	95.832	50.131	
Programa de Investimentos	55.037	50.131	
RESERVAS TÉCNICAS	465.834	410.298	
RESERVAS MATEMÁTICAS	968.022	123.739	
Benefícios Concedidos	275.362	197.611	
Benefícios a Conceder	226.814	206.031	
Reservas a Amortizar (-)	(34.154)	(29.903)	
RESULTADO ACUMULADO	(2.188)	36.559	
SUPERAVIT TÉCNICO	0	36.559	
Reserva de Contingência	0	36.559	
Déficit Técnico (-)	(2.188)	0	
FUNDOS	3.346	2.662	
Programa Administrativo	2.933	2.209	
Programa de Investimentos	413	453	
TOTAL DO PASSIVO	526.239	463.546	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2001	2000	R\$ MIL
DISCRIMINAÇÃO PROGRAMA PREVIDENCIAL			
(+) Receitas	28.040	24.127	
(-) Despesas	(23.611)	(19.586)	
(-) Custos Administrativos	(4.112)	(3.539)	
(+) Resultado dos Investimentos Previdenciários	55.229	24.841	
(=) Saldo Disponível para Constituições	55.554	25.843	
(-) Formação de Reservas Matemáticas	(94.283)	(75.159)	
(-) Formação de Contingências	(18)	(3)	
(=) Resultado do Exercício	(38.747)	(49.618)	
(+) Déficit Técnico	38.747	49.618	
PROGRAMA ADMINISTRATIVO			
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	4.112	3.539	
(+) Receitas	2	0	
(-) Despesas	(3.785)	(3.277)	
(+) Resultados dos Investimentos Administrativos	315	121	
(=) Saldo Disponível para Constituições	724	391	
(-) Formação de Fundos	(724)	(391)	
DISCRIMINAÇÃO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS			
(+) Renda Fixa	52.055	16.181	
(+) Receitas	58.552	51.596	
(-) Despesas	(6.497)	(35.415)	
(-) RENDA VARIÁVEL	(1.024)	(2.861)	
(-) Despesas	(1.024)	(2.861)	
(=) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.408	2.064	
(-) Receitas	3.260	2.733	
(-) Despesas	(857)	(669)	
(=) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.416	.998	
(-) Receitas	1.576	1.169	
(-) Despesas	(260)	(171)	
(=) OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS COM PATROCINADORA(S)	328	1.422	
(+) Receitas	713	2.067	
(-) Despesas	(386)	(645)	
(=) RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL	(330)	(415)	
(-) Despesas	(330)	(415)	
(=) OUTRAS	(694)	0	
(-) Despesas	(694)	0	
(-) Custos Administrativos	0	0	
(-) Resultados Transferidos para Outros Programas	(55.541)	(24.952)	
(=) Saldo Disponível para Constituições	(1.385)	(7.573)	
(+/-) Reversão/Formação de Fundos	40	(50)	
(+) Reversão de Contingências	1.345	7.523	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO

	R\$ MIL
DISCRIMINAÇÃO	
(+) PROGRAMA PREVIDENCIAL	4.922
(+) Entradas	28.585
(-) Saldos	(23.663)
(-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(3.632)
(+) Entradas	5
(-) Saldos	(3.637)
(-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	(1.293)
(-) Renda Fixa	(16.148)
(-) Despesas	(9.151)
(+/-) Renda Variável	129
(+) Investimentos Imobiliários	3.179
(-) Operações com Participantes	(1.058)
(+) Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s)	7.883
(-) Relacionadas com o Disponível	(330)
(-) Contingências	7.052
(=) Fluxo nas Disponibilidades	(3)
(=) Variação nas Disponibilidades	(3)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(valores expressos em milhares de Reais)

1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A FIBRA - Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado, autorizada a funcionar pela Portaria n.º 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela ITAIPU Binacional, entidade jurídica de direito internacional.

De conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a Fundação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Fundação tem as seguintes finalidades principais, em termos de benefícios:

Complementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Proporcionar aos seus participantes assistência financeira em geral, nos termos do regulamento específico, cujos retornos cubram a rentabilidade mínima atuarial estabelecida para o plano de benefícios e desde que preservada a finalidade não lucrativa da Fundação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. As práticas e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 estão de acordo com as normas estabelecidas por intermédio da Portaria MPAS n.º 4.858, de 26 de novembro de 1998 e retificações.

Consoante determinação da Secretaria de Previdência Complementar, por intermédio da Portaria SPC n.º 252, de 20 de novembro de 1996, e Ofício n.º 07/CGAA/SPC de 08 de julho de 1996, as demonstrações contábeis não são corrigidas monetariamente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação para elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.

b) Ativo Realizável - Programa de investimentos

Renda fixa

São registrados os investimentos cujos rendimentos já estão definidos, pré-fixados ou pós-fixados, os quais são demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos mensalmente até a data do balanço, líquidos da provisão para redução ao seu valor de realização, quando aplicável. Os deságios são corrigidos e apropriados mensalmente à receita pro rata die, pelo prazo decorrido entre as datas de aquisição e de vencimento dos títulos.

Renda variável

As operações em fundos de renda variável são registradas ao custo das aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Investimentos imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação a cada três anos, como determina a Portaria MPAS n.º 4.858, de 26 de novembro de 1998.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente dos imóveis.

Operações com participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). Seu saldo reflete a posição da carteira na data do balanço, atualizado pela TR - Taxa Referencial de Juros e acrescido de juros de 1% anual.

Operações de empréstimo com a patrocinadora

Estão atualizadas até a data do balanço, conforme cláusulas contratuais. O contrato com a patrocinadora foi liquidado em 31 de maio de 2001.

c) Ativo Permanente

Imobilizado

Representa os bens necessários ao funcionamento da entidade. Tais bens são registrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear; com base nas seguintes taxas anuais: computadores e periféricos 20%; móveis e utensílios 10%; e máquinas e equipamentos 10%.

Diferido

No diferido foram registrados os gastos com softwares, que são amortizados à taxa de 20% a.a.

d) Exigível Contingencial

Registra as provisões de Imposto de Renda - IRPF e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, incidentes sobre operações financeiras que, por decisão judicial, estão com a exigibilidade suspensa.

e) Reservas Matemáticas

Conforme nota técnica atuarial, do atuário independente José Roberto Monteiro, as reservas matemáticas, representam o total dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos e assistidos e são divididas em três grupos: benefícios concedidos, benefícios a conceder e reservas a amortizar.

4- PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

	2001	2000
RENDA FIXA	392.966	322.763
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	5.459	0
NTN, LTN e LFT	5.459	0
Títulos de Responsabilidade dos Governos Estaduais	0	0
LFT - Alagoas	46.957	40.030
(-) Provisão para perda - LFT - Alagoas	(46.957)	(40.030)
Aplicações em Instituições Financeiras	365.608	322.763
Quotas de FIF	62.356	63.712
Quotas de FAQ	298.151	259.051
Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.601	0
Títulos de Empresas	21.899	0
Debêntures não Conversíveis	21.899	0
RENDA VARIÁVEL	82.394	83.546
Fundos de Investimentos - Renda Variável	82.394	83.546
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	35.133	35.904
Terrenos	11.259	11.259
Edificações para uso próprio	1.045	1.141
Edificações locadas à Patrocinadora ITAIPU Binacional	6.202	6.746
Edificações para renda	16.373	16.374
Alugáis a Receber	254	384
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	12.609	10.132
Empréstimos	12.609	10.132
OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS À PATROCINADORA	0	7.555
ITAIPU BINACIONAL	0	7.555
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	523.102	459.900

4.1 - Títulos de Responsabilidade dos Governos Estaduais LFT Alagoas

Os títulos estaduais de emissão do Estado de Alagoas continuam sendo atualizados na contabilidade, pela taxa SELIC a partir de seu vencimento, com provisão para perda de igual valor.

4.2 - Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido da reavaliação realizada no exercício de 1999, conforme laudo de avaliação de peritos especializados. Durante o exercício de 2001 não houve correção monetária dos investimentos imobiliários, consonte determinação da Secretaria de Previdência Complementar, por intermédio da Portaria SPC n.º 252, de 20 de novembro de 1996 e Ofício n.º 07/CGAA/SPC, de 08 de julho de 1996.

A depreciação foi contabilizada mensalmente em conta retificadora do ativo, sendo sua contrapartida reconhecida no resultado do programa de investimentos. Os valores das depreciações foram calculados pelo método linear, à taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente dos imóveis estimada no referido laudo de reavaliação, como segue:

Imóvel

	Vida útil remanescente	Taxa a Depreciar Anual
Edificações		
Edifício Centro Comercial Itália - Curitiba - Pr	32 anos	3,12%
Edifício Governador Parigot de Souza - Curitiba - Pr	35 anos	2,85%
Gleba 27/A - Coordenação - Foz do Iguaçu - Pr	25 anos	4,00%
Gleba 27/B - Ex-Cobal - Foz do Iguaçu - Pr	25 anos	4,00%
Quadra 06 - Colégio - Foz do Iguaçu - Pr	25 anos	4,00%
Quadra 30 - Itamor - Foz do Iguaçu - Pr	40 anos	2,50%

4.3 - Operações de Empréstimo com a Patrocinadora

Registra os débitos de contribuições da patrocinadora ITAIPU Binacional e de acréscimos de reservas, com prazo previsto para amortização em 60 meses, tendo sido a 1ª parcela paga em 28/06/96. Sobre o saldo devedor oriundo de contribuições de 1993 e 1994, incide atualização monetária pela variação mensal da Taxa Referencial - TR acrescido dos encargos de 1% ao mês. Os demais débitos de anos anteriores foram atualizados pelas exigências atuariais de rentabilidade, como estipula o plano de benefícios.

Em 31 de maio de 2001, a patrocinadora ITAIPU Binacional, pagou a última parcela prevista no contrato.

5-EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

A composição das provisões relativas a estes impostos, que visam proteger o patrimônio de eventuais sentenças desfavoráveis no julgamento da imunidade tributária da Fundação, em 31 de dezembro era o seguinte:

	Saldo em 2001	Saído em 2000
Imposto de Renda na Fonte - IRRF	55.144	49.374
Renda Fixa	47.295	39.564
Renda Variável	5.325	7.677
Operações com Participantes	657	429
Operações de Empréstimos à Patrocinadora	1.865	1.304
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	593	757
Renda Fixa	593	757
Total das Provisões (Exigível Contingencial)	55.837	50.131

A Fundação apresenta a seguinte situação com relação a impostos:

5.1 - Imposto de Renda na Fonte - IRRF

A Fundação impetrhou ação judicial com vistas ao não pagamento do Imposto de renda na fonte, incidente sobre rendimentos de operações financeiras realizadas. O processo foi julgado favorável à Fundação, conforme sentença proferida pelo Exmo. Sr. Juiz da 3ª Vara da Justiça Federal de Curitiba - PR em 21/02/92 e atualmente se encontra no Supremo Tribunal Federal - STF, aguardando julgamento final.

A Fundação integra a Sminir da ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada, que ajudou ação contra a Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, suspendendo a exigibilidade do Imposto de renda nos rendimentos de aplicações financeiras, a partir do exercício de 1998.

No exercício de 2001, a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, dentre outras alterações, trouxe as seguintes disposições que afetam diretamente as Entidades Fechadas de Previdência Complementar:

a) criou o Regime Especial de Tributação- RET, que estabelece alíquota de 20%

de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pela Entidade, limitado a 12% das contribuições das patrocíniores. As entidades que optarem pelo RET, cujo prazo de adesão foi prorrogado pela Medida Provisória 25/2002 para 31 de janeiro de 2002, pagará, trimestralmente, o imposto de renda sobre a nova base de cálculo, enquanto que, as entidades que não optarem pelo RET serão tributadas pela legislação atual. Para o exercício de 2001, o imposto terá como base o quadrimestre, setembro, outubro, novembro e dezembro e a partir do exercício de 2002 a apuração do imposto será trimestral.

b) Estabeleceu que os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, relativos aos últimos 5 anos, ou seja, relativo ao período de 1º de janeiro de 1997 à 31 de agosto de 2001, a opção das entidades, poderão ser pagos pelos seus valores originais, sem juros ou multas, parcelados em 6 vezes a partir de 31 de janeiro de 2002, mediante a desistência das ações judiciais relativas a estes tributos.

Em 28 de dezembro de 2001, a Fundação, tendo em vista o disposto na referida Medida Provisória e na Instrução Normativa nº 89, de 31 de outubro de 2001, protocolou o termo de opção ao Regime Especial Tributário na Delegacia da Receita Federal em Curitiba.

5.2 - Imposto Sobre Operações Financeiras- IOF

A Fundação também ajuizou ação para suspensão do pagamento do IOF, que foi julgada procedente em primeiro grau. Houve recurso por parte da União junto ao Tribunal Regional Federal - TRF da 1ª Região, o qual confirmou a sentença favorável. A Fazenda Nacional interpôs recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal - STF, onde aguarda julgamento.

5.3 - Procedimentos para registros contábeis das provisões

Assim sendo, por não possuir, ainda, decisão judicial de última instância sobre a sua imunidade tributária, a Fundação constituiu provisão para o Imposto de renda sobre rendimentos de aplicações de renda fixa e sobre o ganho real obtido nos resgates das aplicações de renda variável, além do IOF sobre rendimentos de renda fixa.

Em 28 de janeiro de 2002, suportada no entendimento de seus assessores jurídicos, a Fundação interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial, objetivando, basicamente, possibilitar à FIBRA, mediante depósito judicial do valor original devido, efetuado em 31 de janeiro de 2002, optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP 2222/2001, comentada na Nota 5.1 (b) acima, sem, no entanto, ter de desistir das ações judiciais onde defende a sua imunidade tributária em relação a estes tributos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.

Em 31 de janeiro de 2002, foi efetuado o pagamento da primeira parcela do valor original devido ao Programa de Integração Social PIS e à Contribuição para a Seguridade Social COFINS, relativa a opção comentada na Nota 5.1. (b) acima.

Devido ao procedimento jurídico adotado pela Fundação, como ainda não houve a desistência das ações judiciais, foi mantida provisão integral para cobrir o IRRF e o IOF, atualizadas mensalmente até a data do balanço, com base na taxa SELIC, limitada a 1%.

No exercício de 2001, foram revertidas as provisões para IRRF relativas aos exercícios de 1995 e 1996 em função da decadência tributária em 5 anos, conforme orientação da consultoria tributária e da assessoria jurídica da Fundação.

5.4 - Anistia

O valor do imposto de renda, apurado conforme o Regime Especial Tributário, citado na Nota 5.1 (a) acima, é de R\$ 694 e está contabilizado no Passivo Exigível Operacional, tendo a conta de Outras Despesas do Programa de Investimentos como contrapartida.

A Medida Provisória 2222/2001, alterada pela Medida Provisória 25/2002, mediante algumas condições, concede anistia dos juros e multas. Caso a FIBRA venha a optar por esta anistia, o ganho pela reversão da parcela da provisão para contingência do IRRF, relativa aos juros provisionados, será de aproximadamente R\$11.919.

6 - RESERVAS TÉCNICAS E FUNDOS

6.1 - RESERVAS TÉCNICAS

A composição das reservas técnicas, em 31 de dezembro, e respectiva movimentação no exercício de 2001, era a seguinte:

Contas	Reservas Técnicas	Constituições		2000
		Líquidas	2001	
2.3.1.0.0.00	Reservas Matemáticas	468.022	94.283	373.739
2.3.1.1.0.00	Benefícios Concedidos	275.362	77.751	197.611
2.3.1.1.01.00	Benefícios do plano	275.362	77.751	197.611
2.3.1.2.0.00	Benefícios a Conceder	226.814	20.783	206.031
2.3.1.2.01.00	Benefícios do plano com a geração atual	396.017	75.666	320.381
2.3.1.2.03.00	(-) Outras contribuições da geração atual	(169.233)	(54.883)	(114.350)
2.3.1.3.0.00	(-) Reservas a amortizar	(34.154)	(4.251)	(29.903)
2.3.1.3.01.00	(-) Pelas contribuições especiais vigentes	(34.154)	(4.251)	(29.903)
2.3.2.0.0.00	Resultado Acumulado	(2.188)	(38.747)	36.559
2.3.2.2.01.01	Reserva de contingência	0	(36.559)	36.559
2.3.2.1.02.00	Déficit Técnico	(2.188)	(2.188)	0
Total de Reservas Técnicas		465.834	55.536	410.298

As reservas técnicas foram determinadas de acordo com a nota técnica atuarial, do atuário independente José Roberto Montello, e representam o valor atual do total das Reservas Matemáticas de benefícios concedidos e a conceder e reservas a amortizar, calculadas com base no plano de benefícios. Incluindo os resultados acumulados ópticos pela entidade, registrado na conta Resultado Acumulado - Superávit Técnico.

a) - Benefícios Concedidos

Benefícios do plano - Corresponde ao valor atual dos benefícios a serem pagos pela entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, líquido das contribuições desses participantes e beneficiários.

b) - Benefícios a Conceder

Benefícios do plano com a geração atual - A entidade adota o plano de benefício definido, de acordo com a nota técnica atuarial. Os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

Outras contribuições da geração atual - Corresponde ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pela patrocinadora e pelos integrantes das gerações atuais, que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

c) - Reservas a amortizar

Pelas contribuições especiais vigentes - Correspondem à parcela da reserva a constituir relativa ao tempo de serviço anterior e que está sendo integralizada por taxa suplementar sobre a folha de salários dos empregados da

Patrocinadora, a vigorar durante 480 meses a contar da data de constituição da Fundação, em abril de 1988, e amortizada pelo mesmo prazo.

No cálculo das reservas matemáticas, no exercício de 2001, se redimensionou a projeção da componente produtividade geral que, agregada à componente mérito pessoal, compõe o total da projeção de crescimento real de salário ao longo dos anos futuros, reduzindo-a de 2% a.a para 1% a.a, uma vez que a avaliação atuarial foi realizada com os salários já recuperados pelo INPC integral.

6.2 - FUNDOS

A constituição dos fundos do programa administrativo, no exercício, foi efetuada da seguinte forma:

a) - Programa Administrativo

	2001	2000
Fundo Administrativo Permanente	263	243
Saldo inicial	243	261
Reversão/Constituição líquida	20	(18)
Fundo Administrativo Financeiro	2.670	1.956
Saldo anterior	1.586	1.558
Sobrecarga administrativa do exercício	4.112	3.539
Outras receitas administrativas	2	8
Despesas administrativas do exercício	(3.705)	(3.278)
Remuneração do fundo	315	121
Reversão/Formação do fundo administrativo financeiro	(20)	18
Saldo dos fundos do programa administrativo	2.933	2.209

Fundo Administrativo - Permanente - Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos do programa administrativo das reservas do programa previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as reservas matemáticas.

Fundo Administrativo - Financeiro - A Contribuição para atender aos gastos administrativos da FIBRA, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições da Patrocinadora ITAIPU Binacional para a Fundação, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre essa limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo para custeio futuro.

b) - Programa de Investimentos

Fundo do Programa de Investimentos - Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor das empréstimas contruídos pelos participantes que vierem a falecer ou a ficar inválidos, bem como para quitar créditos previdenciários.

7-DÉBITO DA PATROCINADORA NO CASO DE RETIRADA HIPOTÉTICA

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário responsável, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2001, considerando a retirada hipotética da Patrocinadora, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$470.397 mil, feita dentro do princípio de "Benefícios com direitos já acumulados", avaliada retirando a projeção de crescimento real de salário e considerando o "turnover" nulo.

8-TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

a) - Custeio Administrativo

As despesas administrativas são contabilizadas no programa administrativo, sendo que o custo de cada programa é apurado através de centros de custos nos quais os custos das áreas comuns são rateados e adicionados aos custos específicos dos programas previdencial e de investimentos.

A Fundação vem custeando integralmente as despesas administrativas dos programas previdencial e de investimentos com a receita de sobre carga administrativa prevista pelo atuário no plano de custeio anual, cujo valor é limitado em 15% das receitas de contribuições e é pago integralmente pela Patrocinadora ITAIPU Binacional.

A importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2001, representou, do total das receitas previdenciárias:

13,21% - se considerarmos todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobre carga administrativa (critério contabilizado);

8,15% - se considerarmos o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração do programa de investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificar o cumprimento do limite de 15%).

b) - Resultado dos investimentos

O resultado líquido gerado pelo programa de investimentos foi transferido para a reserva técnica previdencial e para o fundo disponível do programa administrativo, cuja apropriação foi feita de forma proporcional, considerando-se os recursos de cada programa.

MARCOS A. SCHWAB

Diretor Superintendente

SILVIO R. R. SILVEIRA

Diretor Adm. e Financeiro

NELSON STELMASUK

Diretor de Seguridade

EVENILSON DE J. BALZER

Contador CRC 22608/ PR



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da
FUNDAÇÃO ITAIPU - BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da FUNDAÇÃO ITAIPU - BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA (uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos) em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e as respectivas demonstrações de resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) As reservas técnicas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 foram determinadas e registradas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário independente. Nossa opinião, no que se relaciona a estas reservas, está fundamentada exclusivamente nos pareceres do referido atuário, datados de 1º de fevereiro de 2002 e 26 de janeiro de 2001.

(4) Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres do atuário independente, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações e o seu fluxo financeiro referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas de contabilidade geralmente aceitas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Curitiba, 1º de fevereiro de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC SP000123/O-15-PR

José Élio Pereira da Costa Júnior
Sócio-Diretor Responsável
Contador: CRC-SP-101318/O-2-T-PR

PARECER ATUARIAL

1) A situação financeiro-atuarial da FIBRA em 31/12/2001, adotando-se as mesmas hipóteses atuariais e os mesmos regimes / métodos atuariais de financiamento adotados na avaliação atuarial do exercício de 2000, apresentou um Déficit Técnico de R\$ 2.188.488,81, equivalente a 0,47% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 465.834.005,52. Como fato relevante há de se destacar a recuperação salarial empreendida pela Patrocinadora ITAIPU BINACIONAL nos níveis salariais por ela praticados, que em razão dos benefícios concedidos serão reajustados pelos índices de reajuste da patrocinadora, afetarem tanto a Reserva de Benefícios Concedidos quanto a Reserva de Benefícios a Conceder, embora, em termos relativos, a Reserva de Benefícios a Conceder tenha recebido maior impacto em razão de tal recuperação salarial não ter sido acompanhada por incremento equivalente no nível da cobertura da Previdência Social, o que representou para a FIBRA uma maior participação na cobertura de renda global de inatividade (GLOBAL - INSS + FIBRA). Outro ponto relevante a destacar é que, face aos questionamentos judiciais e consente com orientações recebidas da SPC do MPAS e do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, na avaliação da situação atuarial da FIBRA, aqui apresentada, não consideramos, por prudência, ser aplicável o disposto no Decreto nº 3.721/2001.

2) Quando da ocorrência da recuperação salarial, como a ocorrida na ITAIPU BINACIONAL no ano de 2001, seria razoável se projetar o crescimento real do salário ao longo dos anos futuros em percentuais inferiores aos que foram adotados antes da referida recuperação. Dessa forma, esta Consultoria Atuarial em reuniões técnicas com representantes da Diretoria da FIBRA entendeu que, em razão da recuperação salarial ocorrida na ITAIPU BINACIONAL ao longo de 2001, seria razoável, na reavaliação atuarial do exercício de 2001, manter a formulação de cálculo de componente "mérito pessoal" que entra na projeção do crescimento real de salário ao longo do tempo e, na outra componente, que corresponde à produtividade geral (ou seja, ao crescimento salarial acima da inflação que alcança a todos os empregados), se passar a trabalhar com 1% ao ano em substituição aos 2% ao ano utilizados na avaliação atuarial do exercício de 2000, quando os salários da ITAIPU BINACIONAL não tinham tido a recuperação que veio a ser feita em 2001.

3) A análise da sensibilidade de se trabalhar com a projeção de crescimento real de salário de cerca de 3% ao ano (por se trabalhar com uma "produtividade geral" de 1% ao ano em substituição a uma "produtividade geral" de 2% ao ano), nos mostra que o Passivo Atuarial da FIBRA na posição de 31/12/2001, se reduziria de R\$ 468.022.494,33 para R\$ 444.532.107,52 e, no lugar do Déficit Técnico de R\$ 2.188.488,81, se registraria um Superávit Técnico de R\$ 21.301.898,00.

4) Da análise das considerações apresentadas nos itens 2 e 3 deste Parecer Atuarial, a Patrocinadora ITAIPU BINACIONAL, adotando uma postura conservadora, se posicionou sobre a manutenção da "produtividade geral" de 2% ao ano e não da adoção da produtividade geral de 1% ao ano, na projeção do crescimento real de salário ao longo dos anos e, dessa forma, ao longo da carreira de um empregado nessa empresa, a projeção do crescimento real de salário (Mérito Pessoal + Produtividade Geral) foi mantida em termo de 4% ao ano e não reduzida para cerca de 3% ao ano.

5) Devemos destacar, também, que ao longo dos próximos 3 (três) exercícios ocorrerão impactos no passivo atuarial, de forma paulatina, frutos de reajustes salariais concedidos a título de méritos em Nov/1998, Jan/2000 e Out/2001, bem como da elevação da gratificação de férias ocorrida no ano 2000 de 66% para 100%, impactos estes que serão incorporados nas próximas avaliações atuariais na medida em que forem impactando na média salarial relativa aos últimos 36 meses.

6) O custo normal reavaliado, na posição de 31/12/2001, mantido o mesmo critério de projeção de crescimento real de salário adotado na avaliação atuarial do exercício de 2000, foi de 24,01% contra um custo normal vigente de 23,15%, representando essa diferença de 0,86%; um desvio de 3,715% em relação ao referido custo normal vigente, inferior ao desvio máximo de 5% estabelecido como marco para se analisar a necessidade de se ajustar as contribuições normais vigentes, independente da situação do plano ser superavitária ou deficitária. A ocorrência de desvio entre o custo normal vigente e o custo normal reavaliado é inherentemente ao plano de benefício definido do tipo do que existe na **FIBRA**, face ao atrelamento ao nível salarial da patrocinadora e ao nível do benefício da Previdência Social.

7) Também, considerando que o Déficit Técnico de R\$ 2.188.488,81, avaliado em 31/12/2001, representa apenas um percentual de 0,47% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 465.834.005,52, que é bem menor que o percentual de 5%, que corresponde a um parâmetro bastante razoável para se balizar a necessidade de se introduzir contribuições extraordinárias, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, destinadas a dar equilíbrio atuarial aos planos previdenciários como o existente na **FIBRA**, não estamos propriedo, com base nos resultados da presente avaliação atuarial do exercício de 2001, a introdução dessas contribuições extraordinárias previstas em lei. Devemos destacar que tais contribuições extraordinárias não foram regulamentadas pelas autoridades competentes, podendo ser que, em sua regulamentação, o referido percentual balizador de 5%, que entendemos ser bastante razoável, seja fixado por parâmetro distinto do que aqui utilizamos.

8) A projeção por recorrência das Reservas Matemáticas da **FIBRA** para a posição de 31/12/2001, partindo da posição apresentada na avaliação de encerramento do exercício de 2000, adotando juros reais equivalentes a 6% ao ano acrescidos do índice econômico, correspondente ao INPC do IBGE (que fez às alterações metodológicas realizadas nos últimos tempos no cálculo da TR passou a ser o índice econômico mais apropriado para realizar tal projeção), foi de R\$ 432.561.074,37, o que conduziria a um superávit técnico de R\$ 33.272.931,15, equivalente a 7,14% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 465.834.005,52. A diferença de R\$ 35.461.419,96 entre o valor das Reservas Matemáticas (Passivo Atuarial) avaliadas em 31/12/2001 em R\$ 468.022.494,33 e o referido valor de R\$ 432.561.074,37 relativo ao valor projetado por recorrência para essa mesma data, corresponde basicamente ao aumento do Passivo Atuarial causado pela recuperação empreendida pela Patrocinadora ITAIPU BINACIONAL nos níveis salariais de seus empregados, já avaliado considerando a introdução de um novo programa de avaliação atuarial individualizado e mais detalhado que permitiu que se passasse a levar em consideração o direito proporcional (e não o direito integral) dos participantes não fundadores que optaram pelo não pagamento da jóia.

9) Os resultados líquidos obtidos nas aplicações financeiras da **FIBRA** ao longo do ano 2001, já ajustadas as provisões para o Imposto de Renda, conduzem a uma rentabilidade líquida de 13,44% (INPC do IBGE + 3,85%) calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno - TIR, a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, inferior à meta atuarial de rentabilidade líquida de 15,79% (que a partir de 2001 passou a ser igual ao INPC do IBGE relativo ao ano 2001 aplicado com 1 mês de desfasagem e acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano).

10) A decomposição do Passivo Atuarial e da Reserva Técnica nas suas principais grandes, comparado com o ano 2000, tem as seguintes aberturas:

Referência	31/12/2001	31/12/2000	Variação
Reserva de Benefícios Concedidos	275.362.412,47	197.610.904,16	+39,35%
Reserva de Benefícios a Conceder	226.813.963,54	206.030.606,74	+10,09%
Reserva a Amortizar	(34.153.881,68)	(29.302.920,10)	+14,22%
Reservas Matemáticas (Passivo Atuarial)	468.022.494,33	373.738.790,00	+25,23%
Resultado Técnico *	(2.188.488,81)	36.559.061,55	-
Reservas Técnicas (Ativo Líquido)	455.834.005,52	410.297.872,35	+13,54%

* Se positiva é Superávit e se negativo é Déficit.

11) A Reserva a Amortizar de R\$ 34.153.881,68, foi avaliada com base na taxa suplementar vigente de 2,32% aplicada sobre o valor atual de uma folha de salários correspondente a um quadro de pessoal de igual qualificação que o atualmente existente, considerando uma projeção de crescimento real médio de salários ao longo dos anos futuros de 3,83% ao ano, uma taxa de desconto de 6% ao ano e um prazo de amortização, aprovado pela SPC do MPAS quando do reconhecimento da **FIBRA** como Entidade Fechada de Previdência Complementar, de 10 anos a contar de abril de 1988 (restam 31 meses a contar, inclusive, de Janeiro de 2002) e sua origem está no tempo de serviços passados averbados pelo Plano Previdenciário (por conta da Patrocinadora), durante os quais não houve a correspondente contribuição previdenciária.

12) O total das Reservas Matemáticas, em 31/12/2001, considerando uma hipotética discontinuidade do Plano de Benefícios, de acordo com as bases mínimas decorrentes da aplicação do disposto na Resolução CPC nº 06/88, dentro do princípio de "Benefícios com Direitos já Acumulados", avaliado sem considerar a projeção de crescimento real de salários e sem considerar rotatividade ("turnover"), alcançou o valor de R\$ 470.397.071,00, coberta no percentual de 99,03% pelo Ativo Líquido, então existente, de R\$ 465.834.005,52. A razão para que a totalidade dessas Reservas Matemáticas não tenha se apresentado coberta pelo Ativo Líquido existente, na posição de 31/12/2001, decorre da já destacada recuperação salarial empreendida pela Patrocinadora ITAIPU BINACIONAL ao longo do ano de 2001.

13) Com relação ao item 12, é fundamental destacar que a discontinuidade do Plano de Benefícios de uma entidade fechada de previdência complementar no Brasil apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos avaliados no referido item, devendo ser analisada previamente, com a maior profundidade, em caso de vir a ocorrer.

14) Finalmente, com relação aos valores registrados como Reserva Matemática de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Reserva a Amortizar e como Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente tomando por base dados contábeis e cadastrais encaminhados pela **FIBRA** e considerados razoáveis e lógicos por nossa Consultoria, adotando os mesmos métodos atuariais e as mesmas hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial do exercício de 2000. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à **FIBRA** para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2001.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2002.

JOSÉ ROBERTO MONTELLO

Atuário - MBA Nº 426



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social, usando das atribuições que lhes conferem os Estatutos da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2001, e respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício e do Fluxo Financeiro, encerrados em 31 de dezembro de 2001, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2001, e, embasados nos pareceres da Consultoria Atuarial Tessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e dos Auditores Independentes Arthur Andersen S/C, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho de Curadores.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2002.

ADRIANO SOARES DE ASSIS

Presidente

AFFONSO PARISI JUNIOR

Conselheiro

ALEXANDRE DOS SANTOS PACHECO

Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE CURADORES

O Conselho de Curadores da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinou o Relatório de Gestão e a prestação de contas constitutiva do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração do Fluxo Financeiro, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001, devidamente acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes Arthur Andersen S/C, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Tessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no Inciso II do Art. 20, dos Estatutos da FIBRA, relativos ao exercício de 2001.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2002.

EDGAR CARLOS ECKELBERG

Presidente

ANILTON JOSÉ BEAL

Conselheiro

CONSTANZE ZAEYEN

Conselheira

EUNICE DE QUADROS WILBERG

Conselheira

MARCOS VENICIO BENTHER LIMA

Conselheiro

JANDIR ANTONIO BALVEDI

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcos Antonio Schwab - Diretor Superintendente
Silvio Renato Rangel Silveira - Diretor Administrativo e Financeiro
Nelson Stelmasuk - Diretor de Seguridade

CONSELHO DE CURADORES

Edgar Carlos Eckelberg (Presidente)
Anilton José Beal - **Constanze Zaeyen**
Eunice de Quadros Wilberg - **Jandir Antônio Balvedi**
Marcos Venício Benther Lima (Eleito pelos participantes ativos)
José Nogueira Athayde (Representante dos Aposentados)

Suplentes

Cristina A. Maranhão Gomyde - **Luciana C. Lobo da C. Telxeira**
Luiz Cesar do Rosário - **Marcelino Pereira de Almeida** - **Simone Freire Nicolau**
Luiz Eduardo Guimarães Borges (Eleito pelos participantes ativos)

CONSELHO FISCAL

Adriano Soares de Assis (Presidente)
Sérgio Luiz Machado
Alexandre dos Santos Pacheco (Eleito pelos participantes ativos)

Suplentes

Affonso Parisi Júnior - **Luiz Covello Rossi**
Edson Luis Sene (Eleito pelos participantes ativos)

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Antonio Dilson Pereira (Coordenador)
Márcia Abreu de A. Buerger
Sérgio de Paiva Whately - **Silvio S. Melamed**
Giovanni Leiria da Silva (Eleito pelos participantes ativos)
Luiz Aparecido G. Salgado (Representante dos aposentados)

